



ONDA, RIZOMA E “SORORIDADE” COMO METÁFORAS: REPRESENTAÇÕES DE MULHERES E DOS FEMINISMOS (PARIS, RIO DE JANEIRO: ANOS 70/80 DO SÉCULO XX)

WAVE, RHIZOME AND “SORORITY” AS FEMINIST METAPHORS: REPRESENTATION OF WOMEN AND FEMINISMS (PARIS, RIO DE JANEIRO: 1970S AND 1980S)

ONDA, RIZOMA Y “SORORIDAD” COMO METÁFORAS: REPRESENTACIONES DE MUJERES Y DE LOS FEMINISMOS (PARIS, RIO DE JANEIRO: AÑOS 70/80 DEL SIGLO XX)

Suely Gomes Costa¹

RESUMO:

Este artigo examina noções de onda, rizoma e “sororidade” como metáforas de representações sobre mulheres e seus movimentos, em diferentes lugares e tempos históricos. Associa-se à crítica a tendências analíticas que acentuam experiências feministas conjunturais que podem tornar invisíveis tensões e rupturas entre gerações de mulheres e de feministas. Problematiza, ainda, a metáfora da “sororidade”: por solidariedades presumidas com a experiência comum da maternidade, exclui contingências que, subterraneamente, podem mover mulheres e feminismos em diferentes direções. Destaca, enfim, a perspectiva da longa duração histórica e dos tempos múltiplos como modo de perceber a história das mulheres e dos feminismos em suas continuidades e rupturas.

Palavras-chave: Feminismos. Ondas. Rizomas. Sororidade. Rupturas. Continuidades.

ABSTRACT:

This article analyses the conceptions of wave, rhizome, and “sorority” as metaphors for the representation of women and their movements in different places and

¹ Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, a partir de julho de 2009. Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), graduada em Serviço Social (1962) e em Economia (1978) pela mesma Universidade. Professora Titular do Departamento de Serviço Social da UFF (aposentada). Pesquisadora do CNPq. Professora credenciada do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social e do de Pós-Graduação em História dessa Universidade. Nessa dupla inserção, desenvolve pesquisas associadas ao Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG) e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Cultural (NUPEHC) sobre proteção social, história das mulheres e relações de gênero, em torno dos seguintes temas: políticas públicas, movimentos e memórias feministas e cidadania, tendo por foco relações de gênero, práticas e representações sociais. É membro da editoria da Revista *Gênero*. E-mail: suelygom@oi.com.br

historical periods. It joins critical efforts already made towards analytical trends highlighting circumstantial feminist experiences and thus turning other social projects invisible, but without taking into consideration possible breakdowns which come from tensions within generations of women and feminists. It also questions the “sorority” metaphor: by its solidarity assumed on the grounds of the shared experience of maternity, it also conceals contingencies that secretly gather women and feminists for different causes in different periods. Finally, it admits the long-term historical perspective and the multiple timings as a way of perceiving the history of women and of feminism throughout its continuities and breakdowns.

Key-words: Feminisms. Metaphors. Waves. Rhizome. Sorority. Breakdowns. Continuities.

RESUMEN:

Este artículo examina nociones de onda, rizoma y “sororidad” como metáforas de representaciones sobre mujeres y sus movimientos, en diferentes lugares y tiempos históricos. Son asociadas a la crítica tendencias analíticas que acentúan experiencias feministas circunstanciales y que pueden tornar invisibles las tensiones y rupturas entre generaciones de mujeres y de feministas. Problematisa aún, la metáfora de la “sororidad”: como solidaridad que se presume en la experiencia compartida de la maternidad, excluye contingencias que pueden mover mujeres y feminismos de modo subterráneo y en diferentes direcciones. En suma, destaca la perspectiva de larga duración histórica y de los tiempos múltiples como forma de percibir la historia de las mujeres y de los feminismos en sus continuidades y rupturas.

Palabras clave: Feminismos. Ondas. Rizomas. “Sororidad”. Rupturas. Continuidades.

ONDA, RIZOMA E SORORIDADE COMO METÁFORAS: REPRESENTAÇÕES DE MULHERES E DOS FEMINISMOS (PARIS/FRANÇA, RIO DE JANEIRO/BRASIL, ANOS 70/80 DO SÉCULO XX)

Em palestra recente, a Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro (UFSC) sublinhou a oportunidade de pensar a contribuição de Koselleck (2006) para a história de conceitos, no exame da história das mulheres e dos feminismos: associada a essa perspectiva, primeiramente critica a noção de “onda”, usualmente empregada para demarcar rígidas conjunturas, indagando se, com ela, não se estaria contribuindo para a idéia de tempos interrompidos, ocultando a dialética dos muitos tempos

históricos². Contrapõe a essa noção, o conceito de rizoma (GUATTARI e DELEUZE, 1980), localizando nele uma possibilidade de rever essa tendência³.

A noção de “onda”, de fato, tem se construído como um “marcador” de intervalos de tempo, um indicador de periodizações e de referências conjunturais de narrativas da história das mulheres e dos feminismos, ainda que, em tantos casos, não escape disso a perspectiva da longa duração e de múltiplos tempos históricos. As abordagens nas quais esses recortes temporais se verificam restritamente referidos os eventos, entretanto, poderiam favorecer uma percepção de descontinuidades para processos sociais construídos em muitos tempos, situando suas variações em áreas de invisibilidades. Com o mesmo sentido, chegam-me, logo depois, observações de Maria Lucia Mott: confirma que, na historiografia sobre experimentos femininos do início do século XX, a que se tem dedicado, em geral, ocorrem essas descontinuidades. Registra⁴:

[...] a pesquisa sistemática em diferentes fontes sobre profissionalização feminina e sociedades civis, criadas, implementadas e mantidas por mulheres, por exemplo, aponta que essa descontinuidade é uma construção que vem sendo repetida acriticamente e não corresponde ao vivido por muitas mulheres, em vozes e imagens com que nos temos deparado nos fundos e coleções dos arquivos.

Nesse e noutros tempos, estão sugeridas questões conceituais que presidem escolhas e modos de aproximação de fontes históricas. A prevalência de recortes conjunturais, sugeridos por eventos, acaba traduzindo, aqui e ali, transformações e “sucessivos” movimentos de mulheres, vistas em motivações políticas conjunturais e através de conceitos que parecem surgir de tempos em tempos, como se, entre eles, houvesse um intervalo de “dissipação”.

A derivação metafórica da palavra onda contém, sim, significados de tempo curto que, de fato, substantivam manifestações observadas como “novas” a cada

² Palestra proferida na Mesa Redonda “Estudos de Gênero, Ética e História”, no XXIV Simpósio Nacional de História, no Auditório do Conselho Regional de Contabilidade, Fortaleza, Ceará, em 14 de julho de 2009.

³ Deleuze e Guattari, em oposição à metáfora da árvore usada para conceber o conhecimento – seu elemento de continuidade é o tronco e suas variações, os saberes, são suas ramificações. Esses pensadores recorrem à matemática do fractal e enunciam a metáfora do rizoma para destacar a complexidade, a transversalidade e o caráter múltiplo dos saberes, sem dicotomias, hierarquias e dualidades peculiares à representação da árvore.

⁴ Observações registradas diretamente nesse meu texto, depois de sua leitura, em resposta a indagações por mim formuladas, através de telefone e *e-mail*. São Paulo, em 23/08/2009. Refere-se a experimentos examinados em MOTT (2008).

tempo, em eventos sucessivos na história das mulheres e dos feminismos⁵. Diferenciados por conjunturas, os feminismos, assim, são vistos, em geral, como irrupções em que, de repente, não mais que de repente, mulheres diversas se juntam, mostram-se “irmanadas” na agitação de “causas” ou motivações políticas que se avolumam e que avançam como onda. Esta, depois de atingir um ponto alto, desce, invadindo os mais variados territórios, em diversos tempos; em seguida, tudo parece dissipar-se. Diria que um maior rigor na produção do conhecimento dessas “causas” /motivações depende, sim, de pesquisa de fontes, mas sob uma leitura orientada por conceitos que admitam esses movimentos conjunturais como partes de um vasto tecido social, em grande medida, submersas, vindas de diferentes tempos históricos, trançadas entre si e que avançam em infinitas combinações de “ramificações”, continuadas ou não, sinalizando movimentos e transformações de visões de mundo, como nos sugere Joana Maria Pedro, ao recorrer ao mencionado conceito de rizoma.

A noção de “onda”, como evento, está assinalada em Kristeva, num texto de 1979, ao distinguir gerações de feministas francesas antes e depois de 1968⁶. Destaca, inicialmente, duas gerações de feministas, em conjunturas sucessivas, mas distantes no tempo, uma em relação à outra, localizando mudanças conceituais sobre as relações de gêneros: a primeira, aquela que propôs o igualitarismo de direitos entre homens e mulheres, estaria identificada com valores da racionalidade dominante dos estados/nações; a segunda geração, pós-68, é a que conduz à proposição da diferença radical entre identidade feminina e masculina, pois “estava interessada na especificidade da psicologia feminina e masculina e suas realizações simbólicas” e, assim, “buscava dar uma linguagem para as experiências intrassubjetivas e corporais das mulheres, emudecidas pela cultura do passado”. Anuncia, também, a “formação da terceira geração de mulheres”, lugar em que ela

⁵ Indica Houaiss (2002) que a derivação por metáfora do termo onda irá traduzi-la como indicativo de “grande quantidade de algo (esp. de líquido) que afluí, se espalha ou derrama”; de (...) “abundância de coisa que jorra ou cai; afluxo, ondada, torrente”; de (...) grande quantidade, afluência (de pessoas, animais ou coisas em movimento ou que se sucedem); de (...) força impetuosa; agitação, movimento intenso; ímpeto, torrente, tumulto”; de (...) sensação que, após atingir um ponto alto, se dissipa; de (...) vaga; excesso, intensidade, profusão (de sentimentos, sensações, emoções etc.)”.

⁶ Apud MACHADO, Lia Zanotta (1992, p. 26). Refere-se à KRISTEVA, Julia. “*Les temps des femmes*”. *Cahiers de Recherche en Sciences des Textes et Documents*, Paris, n. 5, p 33-44, 1979. Sobre geração, ver SIRINELLI (2001: 131-137).

se inclui. A segunda geração se distingue ainda mais da terceira – esta identificada como a sua – por advogar a “diferença radical entre gêneros” e produzir, “assim, uma contra ideologia”, entendida “como uma oposição antagônica entre os sexos e uma prática feminista separatista e sexista”. Kristeva a caracteriza como “pós-68” e, nela, situa uma mudança conceitual em relação à do passado e à do futuro, embora a segunda seja, temporalmente, próxima da terceira. Essa, pois, de impreciso começo – o texto desses registros é de 1979 – manteria o reconhecimento da diferença entre sexos/gêneros, “‘pela interiorização da separação fundante do contrato sócio-simbólico’, onde a mulher, sem o *fallus*, castrada, continuava a desejar ter filhos”. A mulher seria, assim, “o ‘diferente’ ou o ‘outro’ na relação com a linguagem e o significado”. Kristeva demarca, agora, nítidas diferenças de conceitos da terceira geração em relação às gerações anteriores. Indica que esta mais recente “escolhe” a tarefa de “reconciliar o tempo maternal (cíclico e monumental) com o linear (político e histórico)”. De fato, embora este seja um dilema feminino de longa duração histórica, esta geração, mais do que as anteriores, vai-se empenhar, em grande medida, em soluções destinadas a vencer ou atenuar tensões decorrentes do crescente trânsito das mulheres entre as esferas pública e privada, ampliadas na formidável presença feminina na vida social do século XX. Assim, contingências geracionais específicas marcam, de fato, diferentes momentos dos feminismos, não só em relação à maternidade como obrigação, mas, também, como opção.

De fundas transformações da vida em comum, em muitos tempos, parecem emergir as lutas feministas; o *slogan* “o pessoal é político” (VARIKAS, 1999) as traduz. Esta palavra de ordem expressa o feminismo radical que explode nos EUA dos anos 60 do século XX, associado a lutas por direitos civis. Essa mesma percepção se propaga em tempos subsequentes e chega a muitos espaços, mas a palavra de ordem, em si, na sua forma original, nem sempre é mencionada e, mesmo, nem sempre é registrada: assenta-se em códigos diferenciados, imersos em condições existenciais e culturais de mulheres e territórios sempre muito plurais. Sentimentos que movem as manifestações femininas, desde então, em direção à conquista de direitos, avançam e são os que associam as mulheres em torno da tarefa de “reconciliar o tempo maternal (cíclico e monumental) com o linear (político e histórico)” nessa conjuntura, ou seja, nesse “futuro passado” de enormes

insatisfações e sofrimentos, verificados em dilemas e conflitos, reiterados intermitentemente e de muitas formas, postos por saídas das mulheres para o espaço público diante das obrigações domésticas (COSTA, 2008). Estas questões estão nos marcos da revolução francesa e nas escolhas políticas das feministas francesas desse tempo. Os ideais igualitários da revolução não eliminariam a exclusão das mulheres da cidadania política e civil. Nos limites da “consciência possível” de um tempo (GOLDMANN, 1970; 1979a; 1979b), as mulheres lutam por direitos universais quando prevalece a noção de natureza como justificativa do caráter diverso do masculino e do feminino: por sua fisiologia diferente, homens e mulheres destinaram-se a papéis sociais diversos. Prossegue a crença na inferioridade intelectual e nas fragilidades femininas. Pelo argumento da inferioridade da razão, restava às mulheres o cumprimento de seus deveres “naturais” e o seu confinamento às tarefas domésticas. Nada disso seria mudado, mesmo na perspectiva dos segmentos à esquerda da revolução. Mantiveram-se, pois, estreitos limites à participação política das mulheres e restrições de seus acessos a direitos enunciados e propalados como universais. Assim, as saídas das mulheres para o espaço público expõem, ao longo dos séculos, um vasto repertório de questões ligadas a esses deveres, perceptíveis em muitas fontes históricas sobre a vida íntima e social; eles “condenam” as mulheres a muitos encargos e as formatam como seres humanos com essa destinação. Em muitos tempos e lugares, práticas abortivas, situam decisões de mulheres de diferentes camadas sociais quanto à limitação de tamanho desejado da prole e de redução das tensões decorrentes dos deveres para com ela. Essa tem sido uma prática largamente empregada para “reconciliar o tempo maternal (cíclico e monumental) com o linear (político e histórico)”. Aqui e ali, ao longo da história da contracepção observada por MacLaren (1997), fica patente, em muitas gerações de mulheres, o desejo de reconciliação destes dois tempos e decisões de mudanças das relações usuais entre as esferas pública e privada. Essas manifestações femininas estão, pois, em sensibilidades germinadas em muitos tempos. Bem antes de 1968, muitas são estas manifestações. Os diversos feminismos seriam produzidos, pois, por um processo de tomada de consciência das mulheres engendrado nas circunstâncias e nos

dilemas vividos por mulheres, inscritos em processos de longa duração histórica e não como algo que irrompe numa dada conjuntura.

Com Simone de Beauvoir, inovações substantivas na produção de conhecimento sobre mulheres e feminismos se acentuam nos anos 40 do século XX e anunciam outro estado de consciência, posto por condições sociais germinadas na primeira e na segunda guerras mundiais. Sem dúvida essas são condições engendradas por muitas movimentações feministas do século XIX, com a crescente incorporação da mão de obra feminina ao mercado de trabalho, tempo de lutas sufragistas e de reivindicações de sistemas de proteção social para as mulheres e suas proles. Mas este novo estado de consciência - traduzido por Beauvoir –ocorre muito desigualmente entre mulheres de diferentes tempos e espaços. Há indícios de que mesmo *O Segundo Sexo* chega de modo bastante impreciso no meio acadêmico (BAUER, 2006). De toda a forma, parâmetros do passado estão sendo redefinidos. Nos anos 60, nos EUA, a “conversão feminista” de muitas mulheres tanto vai se impondo como um verdadeiro “dever de ofício” em tempos de lutas por direitos civis, como tem diferentes expressões culturais. Esta “conversão” não se dá, necessariamente, por alinhamento aos feminismos organizados, mas por uma vasta adesão às pautas desses movimentos. Estas pautas oferecem soluções para questões existenciais de muitos séculos, e, como tal, revelam identidades. Nessas motivações políticas, estão sentimentos amplamente partilhados que traduzem, com nitidez, um estágio de consciência em marcha há muito tempo ou, conforme expressão cunhada pelo feminismo radical norte-americano, uma *consciousness-raising* que se vai-alargando e passa a traduzir muitas e novas tarefas políticas.

Kristeva, na França, define a terceira geração como a que faz fundas revisões conceituais em relação a todas as anteriores. Uma delas é a crítica à “universalidade de uma diferença radical entre os gêneros”, evidenciando quão complexas são estas relações, daí postular “a instauração simbólica de uma multiplicidade de diferenças entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, no nível mesmo da interiorização individual”. Eis a novidade, registra Lia Z. Machado (1992): esta geração avança em relação às demais, quando rejeita “a possibilidade de se compreender o feminino num mundo puramente feminino, pois o feminino se definia em relação ao masculino”. A terceira onda feminista é a que reconhece, com nitidez, as

pluralidades femininas; daí a crítica ao essencialismo e à “universalidade” do feminino, mas que, paradoxalmente, não deixa de afirmá-la, como observa Joan W. Scott (2002). Kristeva expressa conceitos presentes na crítica, na orientação política e na experiência feminista que agregam várias intelectuais de fins dos anos 60, também na França. Diante do fundo silêncio das manifestações de 1968 sobre as questões feministas, como indica Michele Perrot (2007), o movimento organiza-se com o nome *Choisir*, emblemático da escolha da condição de “ser ou não ser mãe”, questão central desses tempos, visando assegurar às mulheres o direito de reconciliação do “tempo maternal” com “o político e histórico”. Certamente, as motivações dessa terceira geração, eu diria “pós-pós”- 68, ainda que convivendo com a segunda, intercepta outros tempos e circunstâncias no mesmo momento: um que faz avançar a crítica às “velhas” esquerdas e outro que aciona a crise dos paradigmas universalistas e essencialistas, nos quais as ciências humanas historicamente se assentaram. Esta ambiência cultural ou “clima” impregna as preocupações das mulheres intelectuais desse tempo de muitas singularidades⁷. A historiografia francesa se revê; M. Perrot, Fabienne Bock e Pauline Smitt-Pantel, como intelectuais e feministas, inauguram, então, aquele curso – de título tão instigante: “As mulheres têm uma história?”, indagação que se propaga pelo mundo. A partir daí, elas e tantas mais se dedicam à produção de conhecimentos que se aproxima, conceitualmente, da dos *gender studies* norte-americanos. Em 1986, fundas são as críticas apresentadas à produção sobre a história das mulheres até então; um evento acadêmico reúne pesquisadoras de diferentes disciplinas e produz um trabalho que propõe significativas revisões de rumos de estudos sobre mulheres; relendo-os, hoje, localizo, em muitas delas, preocupações similares às de Guattari e Deleuze⁸. Essas revisões são as mesmas que encerram a publicação de *Pénélope, pour l'histoire des femmes*, após treze cadernos (1979-1985); ela “havia acompanhado e favorecido o desenvolvimento das primeiras pesquisas e das

⁷ Sobre culturas políticas, ver: (DUTRA, 2001: 13-28). Para a história dos intelectuais, ver (SIRINELLI, 1996: 231-269; GONTIJO, 2005: 259-284).

⁸ Trata-se de um texto de autoria coletiva, publicada em ANNALES, ESC, Paris, n. 2, p. 271-293, mars-avril, 1986. Expõe resultados de pesquisa interdisciplinar, desenvolvida por vários anos sobre as relações masculino/feminino, num Seminário realizado no Centro de Pesquisas Históricas (CRH-CNRS), em Paris, com a colaboração de várias pesquisadoras. Foi publicado pela revista *Gênero* que adotou para o texto em tela a seguinte referência: PERROT, Michelle et al. (2001). “A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”.

primeiras sustentações de teses sobre a história das mulheres e do feminino (...). Os “estudos de gênero” haviam avançado com essa geração no período e estarão inscritos, indicam Françoise Thébaud e M. Zancarini-Fournel (2002: 9-22), na decisão que projeta e funda, dez anos mais tarde, a revista *Clio, Histoire, Femmes et Sociétés*⁹. Não há dúvida de que tudo isso marca um horizonte de expectativas de uma geração que se distingue de outra tão próxima. Quanto desse movimento intelectual da França, em especial, está traduzindo, pois, novos conceitos políticos – em manifestações de resistência e de contrarresistência – vindas de longe? R. Koselleck nos fala disso, quando examina a história dos conceitos e a teoria da história, lembrando que, no século XVIII, estão fincadas as balizas do conhecimento da história moderna, que chegam ao século XX. Morto em 2006, talvez um dos maiores historiadores destes nossos tempos, Koselleck ocupou-se da história dos conceitos num belo livro: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006). Pensa os muitos desafios postos à produção historiográfica. Lembra-nos que a *historia magistra*, aquela que vem da antiguidade ocidental, resistiu até fins do século XVIII, fornecendo estudos parciais, fragmentados, de fatos sem nexos entre si e também modelos de pessoas a seguir, orientação que está no historicismo alemão, criticado por Marx. A história moderna que se inaugura a seguir, sob o culto do progresso ou do progressismo, por outro lado, inebriou-nos de verdades sobre os sujeitos históricos, legou-nos dicotomias e dualidades, além de modelos universais de análises, tudo isso criticado por Guattari e Deleuze. Em 1989, ano da comemoração do bicentenário da revolução francesa, parece encerrar-se o tempo que funda, entre nós, do Ocidente, conceitos de liberdade, fraternidade e igualdade, também consagrados nos ideais socialistas, agora, sob a queda do muro de Berlim, simbolicamente em declínio, situação jamais imaginada em nossas

9 THÉBAUD, F. E ZANCARINI-FOURNEL, M. (2002.). Na p. 22, informam: *Entre 1985 et 1995, en effet, l'histoire de femmes a beaucoup produit et beaucoup réfléchi sur elle-même. Elle est devenue plus critique sur le projet initial d'histoire au féminin. Elle s'est proposé de dépasser la dichotomie trop souvent utilisée entre une majorité de femmes victimes et une minorité des femmes rebelles ainsi que l'usage du couple domination masculine-opression féminine. Elle a reconsidéré le concept de 'culture féminine'. Elle s'attachée à intégrer les apports méthodologiques et conceptuels de la notion de gender, pour proposer une histoire relationnelle du rapport entre les hommes et les femmes et une lecture sexuée des sociétés, des événements et des phénomènes historiques; comme en témoignent les cinq volumes de la collection Histoire des Femmes dirigée par Georges Duby et Michelle Perrot (Plon-Laterza, 1990-1992) et le colloque de la Sorbonne Femmes et Histoire qui en a proposé des lectures critiques (novembre 1992).*

sólidas certezas sobre o projeto socialista. A conjunção desses eventos nessa data sugere a Koselleck e a Hartog (1996), historiador francês, o término da modernidade referida, sem que isso signifique aquele anunciado fim da história. O alentado conhecimento histórico disponível no mundo não nos impediu de viver surpresas como essas. Fomos apanhados desprevenidos, diz Hartog. Na história moderna, o presentismo se instituiu pela ocultação e pela morte do passado, modo de demoli-lo e de excluir o futuro como parte do presente. A resposta de Keynes é emblemática disso: quando interrogado sobre o alcance de medidas restritas ao curto prazo, por ele preconizadas para enfrentamento da crise de 1929, diz: “No futuro, estaremos todos mortos”. Quantos esforços centrados nos “estudos de conjuntura”, uma verdadeira febre das análises pós-68, levaram a pífios resultados... Há que pensar, pois, os caminhos percorridos por essa produção historiográfica de recortes conjunturais. Como Koselleck, Hartog concebe a história como um campo ou um espaço de experiências e um horizonte de expectativas humanas, reafirma a perspectiva da longa duração histórica, a seu ver, modo de reduzir enormes incertezas sobre os acontecimentos do passado e sobre aqueles que vivemos no presente e, ao enunciar e debater o que chama de “regime de historicidade”, interroga: “Como escrever a história da França hoje?” Com estas mesmas preocupações, é hora de perguntar: “Como escrever a história das mulheres e dos feminismos hoje?” Como este campo de experiências, em especial, se fez e se faz? Em torno de que horizontes de expectativas, os sujeitos históricos constroem e construíram suas “causas” e suas decisões?

Responder a estas questões faz pensar “rizomas” e “ondas”. Ambas são úteis como metáforas; não são excludentes, pois, juntas, traduzem conceitos convergentes; mas é preciso distingui-los, sim. Há, nos feminismos, tempos múltiplos e simultâneos por conhecer, observando que há gerações de mulheres e feministas diferentes, que interagem em diversos estados de consciência e múltiplas identidades (HALL, 1994) em circulação, num dado tempo. Há eventos a observar, daí, os tempos curtos, as conjunturas, portanto; mas também há manifestações no tempo longo - não perceptíveis - forjadas, em “estruturas” submersas, entrelaçadas ou não a esses mesmos eventos, redefinidas ou não; elas estão na história dos feminismos. Assim, cabe rever os modos de tratar as fontes históricas e os modos

de fazer pesquisas. Há por narrar experiências femininas, como nos sugere Joana Maria Pedro, de olho na derivação metafórica do termo “rizoma”, forma de não perder de vista continuidades, persistências, mas também rupturas, lembrando que “raízes” podem estar entrelaçadas, mudar de rumo, podem seguir e não seguir em diferentes sentidos, podem mesmo retroceder... Há que repensar modos de ler as fontes históricas, documentais e orais¹⁰ Há que entender conflitos presentes nos femininos. O que se sabe de suas direções?

Há mais questões por problematizar na produção do conhecimento sobre mulheres e feminismos, nessa perspectiva. Referindo-se à “história do feminismo no Ocidente”, por exemplo, Ella Shohat sublinha a ausência das mulheres do terceiro mundo e de algumas outras “de cor dos Estados Unidos”, organizando uma historiografia voltada para uma única direção, “definindo o que deve e o que não deve ser incorporado” (COSTA e SCHMIDT; 2004). Essa observação sugere a necessidade de ampliar a revisão de propostas focadas em teorias eurocêntricas. Acrescento, porém, que esta crítica deve ser aprofundada, não só por “omitirem experiências das mulheres de cor”, como indica Shohat, mas porque ocultam relações sociais peculiares às dinâmicas coloniais em que as experiências femininas são forjadas. As advertências de Ella Shohat merecem toda atenção. Suas ideias levam a outras reflexões. Os feminismos não são apenas manifestações de intelectuais; são também de sentimentos de muitas e diversas mulheres (AGUIAR, N. 1997). Esses sentimentos, como placas tectônicas – outra metáfora – produzem explosões de quando em vez, depois se acalmam, mas nunca deixam de se mover¹¹... Nessas manifestações, está subtendida uma energia construída por embates de muitas e diferentes sensibilidades femininas de muitos tempos (COSTA, 2009). Um modo útil de rever nossas abordagens é o de voltar o foco das

¹⁰ Sobre o assunto, ver: (FERREIRA, AMADO: 2001); (BRESCIANI, NAXARA;2004); (MOTT; 2008) (SARLO; 2007); (TODOROV; 2000).

¹¹ “A palavra tectônica vem de *tekniké*, que simbolicamente significa ‘a arte de construir’. (...) As placas tectônicas sustentam os continentes e os oceanos. Impulsionadas pelo movimento do magma, incandescente no interior da Terra, as principais placas se empurram, afastam-se umas das outras e afundam alguns milímetros por ano, alternando suas dimensões e modificando o contorno do relevo terrestre. Cada vez que essas enormes placas se encontram, uma grande quantidade de energia equivale a milhares de bombas atômicas, fica acumulada em suas rochas. Quando esses blocos se movimentam podem também deslocar grandes quantidades de água e dar origem aos tsunamis, essas grandes ondas que podem causar grandes sérias inundações e até mesmo arrastar cidades litorâneas.” Disponível em <http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/placas-tectonicas.htm>. Consulta feita em 19/08/2009.

investigações para indícios de resistência e de contrarresistência femininas, esses que “se revestem de formas privadas, secretas mesmo”, propagam-se “em modos de convivência, suscetíveis de colocar em xeque a dominação”, emergem como um “feminismo informal”, algo que oferece às mulheres, “algumas vezes, riscos muito grandes; o controle dos nascimentos é um exemplo” (PERROT, M. et al., 2001: 23). Destaca ainda Perrot, no mesmo texto, que MacLaren (1997), em pesquisas sobre a contracepção, localiza no crescimento dos abortos praticados na França, de fins do século XIX, “pelas mulheres casadas, multíparas”, a emergência de um “feminismo popular”, uma manifestação comportamental de massa, embora invisível. Essa invisibilidade se afirma quando os feminismos são presumidos apenas como expressões políticas de mulheres intelectuais, de classes médias urbanas...

A indicação de Kristeva sobre a pluralidade do feminino é útil para assinalar ainda a tendência de homogeneização das relações entre as mulheres. Com esse sentido, cabe examinar outra metáfora: a da “sororidade”. Essa, aqui e ali, e de muitas formas, está presente na história das mulheres e dos feminismos. As abordagens clássicas, por muito tempo, focaram, de um lado, a oposição masculino X feminino, e, de outro, evidências de formas de convivência ou de cumplicidades femininas. Sob a simbologia da “sororidade”, conceberam-se conceitos sobre processos identitários “naturalmente” vividos pelas mulheres em suas relações entre si, moldados por sentimentos e sensibilidades inclusive das mulheres feministas de diferentes tempos forjados, sobretudo, na experiência da maternidade vista como “igual” para todas. Há por ampliar a crítica a essa metáfora.

Na França, quando a geração de Kristeva fazia pesadas críticas à noção de “sororidade”, no Brasil, ela ganharia impulso¹². Lia Zanotta Machado, na citada publicação de 1992 (p. 26 e 27), depois de expor o pensamento de Kristeva, referido à distinção de gerações de feministas e à emergência da percepção da “pluralidade feminina”, traz à baila um precioso registro que associa essa percepção à superação da metáfora da “sororidade” no movimento singular da terceira geração. Informa que Françoise Collin, entre 1983-1984, “dirigia a publicação de *D’amour et de raison*, coletânea de textos dedicados a um seminário que reuniu 300 feministas, voltadas para a crítica da ideia e da prática da sororidade, nos quinze anos dos grupos

¹² Não é vocábulo da língua portuguesa, razão das aspas.

feministas franceses (1968-1983)". A crítica de Collin incide sobre a "sororidade" pensada como "a ilusão da harmonia e da homogeneidade entre as mulheres, assim como a ilusão da identidade absoluta entre privado e político", considerando a evidência de que "as mulheres se diferenciam e conflitam entre si" e que o "inimigo político' que é o homem pode ser amado"... Certamente, isso se dá diante da "guerra" de concepções postas pela segunda e negadas pela terceira geração, como indicado por Kristeva.

Nos anos 80, o termo "sororidade" não tem qualquer registro entre nós, salvo neste artigo citado, do início dos 90, de Lia Zanotta Machado, mesmo porque ele nem mesmo existe na língua portuguesa. Ao contrário do caso francês, essas críticas passam em branco entre muitas de nós. A metáfora da "sororidade" está na segunda onda brasileira - expondo uma [à] periodização de movimentos feministas diferente do caso francês. Ela codifica, simbolicamente, discursos e práticas, e expressa um "natural" sentimento de solidariedade entre mulheres. Eu a traduziria, mesmo, como uma "ideia-força", no sentido gramsciano, associando e mobilizando mulheres muito diferentes entre si em lutas por direitos reprodutivos e por defesa de mulheres contra a violência doméstica. Essa ideia, de fato, toca fundo as sensibilidades das mulheres e tem um caráter inaugural e propulsor de agitação e de movimento intensos, de um ímpeto, de uma torrente, de um tumulto, seguido, depois, de uma "sensação que, após atingir um ponto alto" – como uma onda engrossada por motivações políticas no sentido de conquistar direitos reprodutivos, de denunciar a violência doméstica e de fixar reivindicações de proteção social para mulheres – "se dissipa". Essa matéria invisível, além de associar mulheres muito diferentes entre si, define pertencas em torno de "causas" comuns e algumas menos comuns, como a da descriminalização do aborto. Ela materializa ações que expressam aquela "especificidade feminina, uma femitude, diferente da feminidade tradicional, mas não menos imponente, que produzia entre as mulheres uma harmonia espontânea, imediata, de tipo instintivo (...)", como define F. Collin, como que traduzindo experimentos femininos no Brasil, entre os anos 70/80 do século XX, em suas muitas tradições inventadas (HOBBSAWM e RANGER, 1984).

Do mesmo modo que as reflexões da Prof.^a Joana Maria Pedro sobre a noção de "onda" e a ocultação de contingências "subterrâneas" que tornam esses

movimentos factíveis a cada tempo, a metáfora da “sororidade”, como uma simbolização da “solidariedade” nas relações entre as mulheres, também contém sua negação quando expõe processos sociais tão visíveis na perspectiva da longa duração histórica. Essa metáfora preside e impregna formas de sociabilidades femininas de todos os tempos; daí a utilidade da noção de rizoma, tomada da botânica: raízes, submersas e aéreas, trançadas e espalhadas de muitas formas e em muitos terrenos de nutrientes vários, recuam e avançam, morrem e renascem, mas, aqui e ali, dão notícias e deixam indícios de que, mais cedo ou mais tarde, irromperão da terra, ou não, e terão sentidos a serem desvendados... Um pouco dos registros etimológicos do termo “sororidade”, tomado como tradução conceitual do termo *sororité*, ajuda a percebê-lo como um *constructo* simbólico de uma solidariedade considerada “própria” a relações entre mulheres e a processos identitários feministas que parecem prosseguir *ad eternum*. Examinada em muitos indícios, essa solidariedade nem sempre se verifica, pois também pode interromper-se e/ou mudar de sentido. Em português, como indicado, o termo “sororidade” não existe; usa-se irmandade como equivalente ao de *sororité*, em francês, e ao de *sisterhood*, em inglês, codificado como esse modo de solidariedade entre mulheres, vindo de tempos recuados da história humana. Sugere muito das práticas e das sociabilidades femininas sem nada enunciar das dissensões entre mulheres, tão frequentes, ocultando seu antônimo: a pluralidade de relações de poder e dominação também presentes nas formas de convivência de mulheres com mulheres. Nos dicionários Caldas Aulete, de Portugal (1974), e no de Houaiss, do Brasil (2001), a palavra sóror é registrada como “tratamento dado às freiras professoras”; refere-se, pois, a uma experiência conventual (também, tantas vezes, nada harmônica). Em ambos, o radical soror está presente no vernáculo soricídio para indicar “assassinato que alguém comete contra a própria irmã”, termo que, no dicionário brasileiro, aparece datado de 1877, embora o remeta a tempos de antes dos conventos. Citam ambos a palavra sororato para definir a experiência “entre povos naturais, (de) instituição matrimonial em que um homem substitui a esposa morta pela irmã mais nova desta”, numa prática bastante usual nos casamentos de viúvos, entre nós e em outras partes: as tias se tornam “naturalmente” mães de seus sobrinhos, na ausência dessas, uma forma reiterada socialmente de maternidade

transferida (COSTA, 2002). Há somente um registro atualizado para a expressão em francês, que vincula o termo à ajuda feminista¹³. O termo em inglês *sorority*, no *The American Heritage Dictionary of the English Language* (1970), se aplica à vida gregária de conventos e a agremiações estudantis femininas. Pela origem, trata-se de um termo que conceitua práticas referidas ao feminino e à solidariedade como regularidades de longa duração histórica. Nessa metáfora, práticas e representações sociais do e sobre o feminino e suas relações em geral permitem pensar a formação das sensibilidades, ou seja, das de “razões e sentimentos” que estão na produção das representações e das práticas sociais (PESAVENTO, 2005). Na língua portuguesa, porém, mesmo o termo irmandade refere-se à experiência conventual e pouco aparece na linguagem coloquial, além de nunca estar nos discursos feministas do Brasil de quaisquer tempos. Há, porém, práticas costumeiras que manifestam seus sentidos; as dos cuidados os traduzem e elas estão, em especial, na instituição do trabalho doméstico no Brasil e de muitos lugares. Os significados da “sororidade”, por exemplo, estariam presentes nos muitos maternalismos (LÉFAUCHEUR, 1994: 474-503; BOCK, 1994: 435-503; MOTT, 2001: 199-234; 2008: 97-116)? Penso que sim, mesmo nas delicadas relações entre mulheres de diferentes classes. Isso se verifica quando se observam práticas de ajuda entre mulheres de famílias de sangue e afins (WOORTMANN, 1987). Estariam, também, nas iniciativas assistenciais de feministas comunistas (GHELLER, 1999; DELY, 2001).

Ao contrário do caso francês, a segunda onda feminista no Brasil não elabora qualquer crítica sobre essa metáfora, nos termos feitos por Collin; pelo contrário, as práticas que a alimentam, nos anos 70 e 80 do século XX, parecem tê-la como motivação política. Em meados dos anos 70, esse sentimento está posto na

¹³ O *Petit Robert* (2006) traduz o termo como uma *communauté de femmes* referido ao Vle.: localiza-o na origem *du lat. sóror*, para significar a noção de *fraternité*” como sinônimo de *solidarité entre femmes*; aparece também em associação ao feminismo, explicada como *aidée par une féministe amie, au nom de la fameuse sororité ou solidarité féminine qu’elles s’en voudrent d’appeler fraternité* (J. Merlino). Na Inglaterra e nos EUA, a palavra *sororité*, porém, é usada para expressar a “irmandade (de mulheres), comunidade religiosa feminina”, sendo que, nos EUA, refere-se à experiência “de grêmio ou círculo estudantil feminino” ou, segundo uma outra fonte, a de *a social club for female students, as at a college*; embora a associe à expressão *fraternité* e sugira que a compare com *Medieval Latin Sororitas, from Latin soror, siste. Sisterhood* é o equivalente à palavra sororidade, em francês; ver, para isso, *The American Heritage Dictionary* (1970, p. 1233).

iniciativa que leva algumas mulheres a chamarem outras mulheres, de suas relações próximas, em redes de “conhecidas”, para formarem “grupos de consciência”, em suas casas, lugares dos passos inaugurais de organizações preocupadas em partilhar e examinar questões íntimas como matéria política. Algumas dessas iniciativas são de mulheres chegadas do exílio. Aqui, a criação desses grupos forja experimentos políticos que estão também nos diálogos entre mulheres, que se alastraram pela Europa e pelos EUA como forma de prática política. Entre nós, inicialmente, nem sempre esses experimentos “informais” ganharam sistematização (COSTA, 2009). Mas, já em meados dos anos 80, na cidade e na região do Rio de Janeiro, a “irmandade” entre as mulheres transpirava dos códigos que organizavam as lutas em torno dos direitos reprodutivos. Estão nos discursos dos grupos de reflexão organizados no Seminário sobre Direitos da Reprodução, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), promovido pelo gabinete da deputada estadual Lucia Arruda (PT), em setembro de 1985; neles, flui a simbolização de mulheres como iguais entre si e os dilemas da maternidade e da não maternidade, como comuns a todas as 300 mulheres presentes ao evento (ALERJ, 1985). Em meados dos anos 80, essa “natural” solidariedade está representada na construção da imagem de uma mulher coletiva, em grupos de reflexão e ação; essa imagem, homogeneizada por sofrimentos e dilemas comuns, é, também, vitimada, coletivamente, e, assim, faz reconhecer causas políticas e rumos para as políticas públicas, definidas como de interesse comum. Esses grupos e suas dinâmicas ganharam um nome – “linhas da vida” – e um manual de treinamento para o desenvolvimento de suas etapas, definidos nos “ciclos de vida”, pensados como femininos; era assinado por Martha Zanetti (COSTA; 2007a). Essas imagens estão na orientação da dinâmica de grupos de, no máximo, dez mulheres; em geral, sob a coordenação de duas mulheres previamente treinadas na recolha e na tradução de depoimentos individuais. O depoimento começava pela narrativa das circunstâncias de nosso nascimento e pela identificação dos sinais de preferência de nossos pais quanto à expectativa do nosso sexo. Admitia-se que, no caso do primogênito (aliás, palavra que não tem o gênero feminino), essa preferência, regularmente, recaía no sexo masculino, o que concorria para a imediata simbolização do sexo feminino como preterido pelo masculino e do homem como

aquele que “pode ser amado”, mesmo antes de ter nascido; indicando rumos de análise do patriarcalismo a partir do berço¹⁴. Minha experiência pessoal como primeira filha, levou-me, por exemplo, a indagar, diretamente de meu pai, sobre essa preferência. Narrou-me ele, então, que, no dia de meu nascimento, olhando o nome luminoso da Cervejaria Princesa, perto da casa em que nasci, ter-se-ia se perguntado, num trocadilho: – “Serve-Jary-a-princesa?” O nome dele era Jary... Para mim, essa pergunta assumira, de imediato, “evidentes” ambiguidades. Então, entre risos maliciosos, interroguei: – “Por que eu não lhe serviria, papai?” Lembro-me de tê-lo deixado pensativo, depois embaraçado e, finalmente, mudo, diante desse registro, imaginado por mim como um “ato falho”, conceito presente na linguagem corrente desse tempo que, sempre vagamente, recorria a citações de Freud para conferir, de algum modo, um selo de cientificidade, garantia de crédito para análises superficiais dos ocultos modos de exercício de poder e dominação. Eram muitos os usos de referências *psi* em diferentes discursos (BORGES, 1998; NERI, 2003); as pedagogias feministas desses tempos as empregam. Antes, as colunas femininas em periódicos, como a de Carmem da Silva, haviam ensejado as primeiras consultas sobre questões da intimidade, jamais enunciadas (CIVITA, 1994). As dinâmicas de grupo são adotadas com significados assemelhados (ALERJ, 1985; ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1985; ENSP, 1992): pedagogias destinadas a desvendar processos pessoais nunca antes pensados em sua dimensão coletiva e política. Nesse aprendizado político, depoimentos femininos expunham marcas de sofrimentos comuns a todas as mulheres; esse ritual podia repetir-se em meses de encontros, dar-se em semanas ou em apenas metade do dia, mas seguiam sempre o roteiro destinado a perscrutar e registrar circunstâncias comuns de vidas femininas pensadas como assemelhadas. Sequencialmente, ciclos de vida detalhavam eventos biológicos femininos, de poucas variações, traduzidos de forma análoga pelas mulheres afirmando sua dimensão coletiva e política. Experiências como essas se organizavam em redes, pretendendo colocar em marcha o “processo de tomada de consciência” sobre a violência sofrida pelos corpos femininos e sobre as medidas políticas a serem adotadas. Eventos biológicos eram afirmados e

¹⁴ O termo é gravado em dicionário como significativo de uma “qualidade” masculina para exercício de certas funções civis reservadas aos homens, nascidos em primeiro lugar. Contemporaneamente, registra-se o emprego do termo primogênita.

reafirmados como peculiares a essa “feminitude” homogênea, ou a uma “condição feminina” comum a todas as mulheres, aliás, expressão que se firmou e se espalhou como um conceito chave, autoexplicativo das desigualdades feminino X masculino. Essa “feminitude”, supunha-se, estabelecia elos entre as mulheres, afirmava cumplicidades e permitia reconhecer identidades. Consolidava-se, pois, a “sororidade” nas regularidades biológicas tornadas visíveis através dessas práticas.

As iniciativas de formação de “grupos de consciência” saíram dos recintos privados e ganharam sistematização em sucessivos momentos, como método de trabalho na área da saúde e em outras áreas, consolidando alcances políticos. Delas se utilizaram programas de capacitação de recursos humanos, apoiados por exemplo, em quadros superiores do Ministério da Saúde, em congressos internacionais de saúde (PRIMER ENCUENTRO REGIONAL SOBRE LA SALUD DE LA MUJER, 1984), em programas de saúde da mulher das Secretarias de Estados e Municípios (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1985), em iniciativas de grupos de mulheres autônomos (GRUPO MARIA MULHER, 1986), em ações internacionais em favelas, como na Rocinha (UNICEF, 1988), e em tantas outras que se espalham pelo país. São experiências análogas às das *batch sessions*, nos EUA e na Europa, estimuladas a partir dos anos 60, indica-nos Y. Ergas (1994, 583-611). A ideia de que as mulheres são iguais em sua biologia parecia, de imediato, encontrar ressonância nas práticas do cotidiano, como, também, na propagação da perspectiva do patriarcalismo – outra construção homogênea sobre os homens e a “ordem” masculina – que tudo submetia. Mas a ambiência da redemocratização iria favorecer o desvendamento das desigualdades entre as mulheres; muitas diásporas feministas ocorreram. Algumas delas emergem no processo de partidarização dos movimentos sociais, ensejado na conjuntura de redemocratização do país, mas não só; no âmbito internacional, uma aprofunda a crise entre as esquerdas e os feminismos (DELPHY, 1994: 187-199); no Brasil, ela também se verifica (RAGO, 2003; SOIHET e ESTEVES, 2007). Estarão, ainda, na cisão que organiza os movimentos de mulheres negras e, a seguir, de lésbicas, sinalizando questões etnoraciais e de orientação sexual, antes submersas.

Ao ler, ao escrever e ao narrar o feminino em muitos tempos, é possível relocalizar a metáfora da “sororidade” em redes sociais que as mulheres

protagonizam (WOORTMANN, 1987), como também a sua negação, em muitas práticas. O sentimento de solidariedade traduz, também, códigos de não solidariedade. Ambos estão nas práticas femininas. Peculiar, nessas práticas, é o *constructo* simbólico da maternidade que se reafirma; ele atua, vigorosamente, sobretudo, na definição de deveres morais das mulheres, codificados nas vidas femininas, individuais e coletivas, e nas relações entre mulheres. Esta construção está nas mais diversas práticas femininas; isso nada tem de novidade, mas é importante ressaltar sua significação para a perspectiva da longa duração histórica.

No mundo ocidental antigo, a representação simbólica da “sororidade” está nos cuidados e nos deveres gravados na história da deusa Themis, filha de Gaia e Urano (GRIMAL, 1993). Segunda esposa de Zeus, Themis é representada como sua conselheira, sentada ao lado de seu trono; representará a ordem e o direito divinos, fontes dos papéis - que, ainda hoje, persistem - em representações e práticas do casamento destes nossos tempos. O enredo sobre a sobrevivência de Themis, ainda menina, ganha significados especiais para estudos das solidariedades femininas, contidas na metáfora da “sororidade”. Gaia, sua mãe, irá protegê-la da violência de Urano, o pai, enlouquecido, na decisão de transferir para a deusa Nix, sua irmã, os cuidados da menina ameaçada. Trata-se daquela regularidade histórica em que a tia assume a responsabilidade de mãe e a vivência, por transferência, nas práticas de cuidados peculiares à maternidade. Nix a recebe, mas vale lembrar o mito: na ocasião, cansada de sucessivas gravidezes e cuidados dos muitos filhos, também gerados por Urano, resolve entregar tanto sua filha Nêmesis, como a sobrinha Themis, aos cuidados de suas filhas mais velhas, as deusas Moiras, em mais uma forma de maternidade transferida (COSTA, 2002). Como na experiência da segunda onda feminista, estão agora sendo quebrados silêncios sobre maternidades não desejadas – como as de Nix: já nessa narrativa mítica, elas são uma questão privada proclamada como pública, situando modelos comportamentais de longa duração. Lembro que, no mesmo mito, as Moiras teriam criado as duas deusas infantis como suas filhas, ensinando-lhes tudo sobre a ordem cósmica e natural das coisas, além da importância de zelar pelo equilíbrio, muito daquilo que continua alimentando representações das obrigações femininas diante da maternidade no mundo de hoje. Também destaco a percepção de Nicole Loraux

(1994) sobre a *matrioschka*, aquele brinquedo russo das sucessivas bonecas embutidas, metaforicamente, um corpo semelhante ao outro, “onde tudo está neste esconderijo do grande continente feminino”, formatando a identidade biológica. Percebo, porém, que os diferentes tamanhos das bonecas, pelo menos, em número de quatro, uma dentro da outra, parece dizer muito sobre as identidades de seguidas gerações de mulheres: filha, mãe, avó e bisavó, mulheres próximas de tempos diversos. Os tamanhos das bonecas me sugerem a cadeia de deveres inter e intragerações, de “solidariedades” de umas para com outras. Essas proximidades corpóreas levam, ainda, a outros significados metafóricos. Mulheres próximas entre si sugerem, sempre, cumplicidades em práticas que inventam tradições. Há uma regra comportamental comum entre mulheres a ser sempre cumprida: a de guardiã de segredos. Histórias secretas, em geral de dramas pessoais e familiares, expõem essas cumplicidades, nem sempre visíveis, mas tão observáveis, por exemplo, nas ocorrências de aborto. Diria, porém, que os silêncios, mesmo esses, vão sendo quebrados.

Foi através de uma voz feminina – a de Ana O. - que a psicanálise, em seus primórdios, revelou aquele sentimento que autoriza sentir, dizer e ouvir, com alívio, coisas nunca ditas, da intimidade; algo que antecede de muitos anos as experiências de grupos de consciência, ensinadas e aprendidas por feministas dos anos pós-68 e as “linhas da vida”, que se seguem, práticas que, então, oferecem às pedagogias feministas o necessário reconhecimento “científico”. Nesses experimentos de grupos, há por destacar o poder da “catarse” dos depoimentos, das confissões (FOUCAULT, 1977, p. 59). Esse poder, descoberto por Brewer e por Ana O., sua cliente sob tratamento de histeria, foi uma prática sistematizada por Freud (GAY, 1989). Registra P. Gay (p. 76) que Ana O., em seguidas sessões, contava histórias “tristes e, às vezes, fascinantes”, comentando que “esse livre discorrer aliviava temporariamente” seus sintomas. Narra, então: “Ana O. referia-se a esse procedimento como apropriadamente à cura pelo ‘livre discorrer’ de muitas histórias pessoais, tantas de muitos pesares”, com liberação de usuais censuras. A apropriação desses conceitos e práticas, sem dúvida, cimentou representações e práticas feministas como partes importantes na formação da terceira onda, essa a que se refere Kristeva. No caso dos movimentos feministas no Brasil dos anos 70/80

do século XX, narrativas “tristes”, ao romperem censuras sobre as experiências de “mulher” e ao tornarem visíveis seus sinais políticos, como que parecem impulsionar sentimentos que desencadearão um novo estágio de tomada de consciência de si. Há muito por conhecer dos códigos políticos em circulação, que organizam essa energia política, passada de pessoa para pessoa. Ricas formulações teóricas de M. Löwy sobre teses de W. Benjamin (2005) e sobre aproximações entre a doutrina cristã e o marxismo e o conceito weberiano de “afinidade eletiva” (2007) podem-nos apoiar em investigações sobre o “romantismo” feminista. A noção de que “o pessoal é político” dá orientação às lutas por políticas de saúde do período, com vistas a alcances de direitos reprodutivos. Essa experiência de longa duração teria juntado corações e mentes muito plurais na busca de saídas para o clássico dilema feminino: “ser ou não ser” mãe? Questões femininas, cada vez mais reconhecíveis, porque tornadas públicas, assumem sua dimensão política e, sob a metáfora da “sororidade”, forjam identidades femininas, daí a energia propulsora dessa experiência. Ela está na memória dos movimentos. Os usos dessa memória, aqui e ali, realimentam retomadas, como no caso dos EUA: em meados dos anos 90, a dinâmica empregada por Eve Ensler para a coleta de testemunhos femininos a serem narrados na sua peça “Monólogos da vagina” – largamente premiada e que, ainda hoje, comemora o V-Day, no dia 8 de março, nesse país e noutros lugares do mundo (COSTA, 2007b) - nutre-se dessas práticas. A peça expõe experiências da vida íntima das mulheres, assemelhadas e diferentes, em sua pluralidade, bastante tristes, modo de continuar assinalando seus muitos sinais políticos.

A “sororidade”, núcleo do *constructo* simbólico da maternidade, traduz sentimentos que afirmam identidades e que, também, ambigualmente as negam, como na crítica de Collin; antes, como hoje, ela não impede que a tomada de consciência sobre as desigualdades entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens, nas diferentes experiências humanas, prossiga. Identidades e negação de identidades estão em movimentos silenciosos e invisíveis por serem mais bem conhecidos nos movimentos sociais, em especial, nos feministas: serão eles os que engendram “ondas”, manifestações que chegam à tona, anunciando instantes do presente, mas que trazem também o passado por desvendar, em partes que jazem submersas? Há indícios a localizar; há metodologias de pesquisa a rever.

Na atual conjuntura, numa notícia dada por Deborah Siegel (2007), encontro uma referência sobre a “sororidade interrompida” e a emergência do que surge como “terceira onda”, hoje, chegada aos EUA. Ela animou-me a entrar neste debate. Essa indicação conceitual da “sororidade interrompida” leva-me de volta ao caso brasileiro hoje, considerando o horizonte de expectativa dos movimentos feministas naqueles anos 70/80 do século XX. Nos tempos de hoje, tempos futuros da política de saúde de tantas lutas do passado, é possível indagar: aquele horizonte de expectativas do passado foi apagado e seus ideais estarão enterrados? Quantas trajetórias feministas dessa nossa segunda onda estão hoje dissipadas do cenário político? Se, antes, a “sororidade” presumida havia mobilizado mulheres, desiguais entre si, na busca de igualdade de direitos, já nos anos 90, entre nós, essa mesma sororidade se mostra, como nos EUA, interrompida. Desigualdades, cada vez mais patentes em usos e costumes comuns, permitiram, sem resistência, a consolidação de nosso desigual sistema de saúde, de previdência e de assistência, e muitos são os silêncios em torno delas. A metáfora da “sororidade” dos movimentos, dos anos 80 do século XX, não foi capaz de assegurar às mulheres acessos a direitos iguais nesse lugar particular – o da saúde – onde parecia bastar a identidade biológica para fazer reconhecer necessidades sociais comuns a todas elas. Haverá impasses que vão além dos analisados por Joan Scott, no paradoxo usualmente presente nos movimentos feministas de todos os tempos (2002)?¹⁵. Índícios da crescente “dessimbolização” da diferença dos sexos, no tempo presente, estão na efetivação da paridade sexual na representação do parlamento francês, também examinada por Scott (2005): essa “dessimbolização” ter-se-ia acentuado, pelo menos nessa experiência francesa dos nossos dias; que significados contemporâneos apontam para o rumo de novas lutas? Há algo a mais por pensar sobre a interrupção da “sororidade”.

Os movimentos feministas, ainda hoje, na constatação da diferença sexual como base de desigualdades de homens e mulheres, na vida social, portam ingredientes não mais ocultos. Hoje, o diferencialismo dos movimentos e suas

¹⁵ Observa Scott (2004:26-27): “Esse paradoxo – a necessidade de a um só tempo aceitar e recusar a ‘diferença sexual’ – permeou o feminismo como movimento político por toda a sua longa história”, lembrando que o “feminismo era um protesto contra a exclusão política da mulher: seu objetivo era eliminar as ‘diferenças sexuais’ na política, mas a reivindicação tinha de ser feita em nome das ‘mulheres’, um produto do próprio discurso da ‘diferença sexual’ que procurava eliminar”.

causas específicas têm oferecido novas referências para pensar rumos dos direitos (KYMLINCKA, 1997), bem distantes das antigas utopias universais. Entretanto, seus parâmetros, contraditoriamente, têm sido úteis para aprofundar a percepção das desigualdades humanas. Isso porque homens e/ou mulheres, ao se associarem em torno de suas muitas causas específicas, se distinguem, por toda parte, como ricos, pobres e de classes médias, negros, índios e mestiços, de diferentes etnias, jovens, idosos, gays e lésbicas, e, ainda assim, incapacitados de toda ordem... Aquela pluralidade a que se referia Kristeva ganha crescente nitidez e expõe a complexidade das relações sociais destes nossos tempos. Assim, mesmo com a queda das antigas utopias igualitárias, hoje, mais do que nunca, voltam à cena dos debates os impasses postos por esta nossa humanidade de pessoas e, com ela, pela universalidade de direitos, lembra-nos Wallerstein (2007). Este presente, tomado como o futuro das lutas passadas, construiu a saúde que temos, como um grande negócio corporativo, oferecendo qualidades distintas de atendimento, como se as vidas das pessoas merecessem valorações diferentes: mulheres pobres recebem precários serviços públicos; as de classes sociais mais e menos abastadas têm serviços privados, de qualidade variada, segundo níveis de nossos planos de saúde... As taxas de mortalidade materna e perinatal, que nos indignavam, continuam elevadas, e hoje, como ontem, matam mulheres e bebês pobres... Nada disso tem contribuído para reacender a chama de antigos ideais igualitários.

Os rumos tomados pelo setor público de saúde levam-nos a avaliar com quantas fantasias sobre a solidariedade entre as mulheres se fez a segunda onda feminista no Brasil. Identidades femininas, hoje, estão em grande parte, redefinidas quando desigualdades de toda ordem se confirmam. Diria que os paradoxos dessa ingênua aventura e seus ocultos significados, mais do que nunca, irão acionar novos saberes feministas, redefinindo dilemas que já se anunciam, aí, na terceira onda norte-americana. As questões feministas se veem diante de mulheres diferentes e desiguais; a identidade original – como representação – se esvaiu. A inocência inicial se apagou. As vivências humanas têm movido aquele processo de tomada de consciência e favorecido a revisão daquelas nossas referências. Sopram nos ventos as ambiguidades que pululam na “sororidade”, como revela essa terceira onda

feminista dos EUA, discutida por Siegel. Registro, aqui, os estímulos de Maria Lucia Mott a este debate, aberto, tão oportunamente, por Joana Maria Pedro. Depois de conhecer um pouco destas ideias, Mott, generosamente, me escreve: “Seu texto me deixou feliz, pela esperança”. Quanto à convergência de nossos pontos de vista, indica: “Não sei se ajudei com o que escrevi, nem se estamos em sintonia; sinta-se totalmente livre para acatar, cortar, explicitar, perguntar...” Neste meu encontro com Joana Maria Pedro e Maria Lucia Mott, sinto um clima propício a sucessivos debates sobre ondas, rizoma e “sororidade”, como metáforas. Eles podem nos ajudar nos esforços de aperfeiçoamento de nossas habilidades de pesquisa, quando colocam questões cruciais das dinâmicas dos movimentos sociais (CEFAÏ, 2001), “eventos”, mas sempre como partes de “estruturas” por desvendar. Que estas preocupações se propaguem e que refinam referências teóricas de orientação dos nossos modos de seleção e de leitura de fontes históricas. Que favoreçam o conhecimento dos usos das memórias (SARLO, 2007) com que temos construído nossas utopias. Que sirvam para reacender ideais igualitários, num permanente processo de tomada de consciência sobre nós e sobre os rumos que vimos percorrendo nessa nossa história de mulheres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. Relações de gênero: universais ou particulares. **Teoria & Sociedade**, n.1, p. 111-119, 1997.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). **Seminário dos Direitos da Reprodução**. Rio de Janeiro: ALERJ, 1985.

BAUER, Nancy. Debemos leer a Simone Beauvoir? Tradução Gabriela Castellanos. **La Manzana de la Discordia**, Colômbia, v.2, n.1, p. 137-148, dic. 2006. Tradução de: Must we read Simone de Beauvoir?

BOCK, G. Pobreza feminina, maternidade e direito das mães na ascensão dos Estados: providência. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. **A história das mulheres no Ocidente: o século XX**. Tradução: Maria Helena da C. Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Afrontamento/São Paulo: EBRADIL. p. 435-503.

BORGES, Dulcina T. Bonatti. **A cultura 'psi'**. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, Campinas, 1998.

BRESCIANI, S.; NASXARA, M. (Orgs). **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CALDAS AULETE. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3ª ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Primor, S. A., 1974. 5 v

CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny (sous la direction de). **Les formes de l'action collective. Mobilisations dans des arènes publiques**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

CIVITA, Laura T. (org.). **O melhor de Carmem da Silva**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

COSTA, Claudia C. de L.; SCHMIDT, Simone P. O feminismo como poética/política. **Poéticas e políticas feministas**, Florianópolis, p.9-15, 2004.

COSTA, Suely G. Proteção social, maternidade transferida e lutas por saúde reprodutiva. **Estudos Feministas**, v.10, n. 2, p. 301-324, 2002.

_____. A voz das mulheres: linhas da vida e associativismos feministas. Rio de Janeiro, anos 70 e 80 do século XX. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca. **Culturas Políticas e Leituras do Passado: historiografia e ensino da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. p. 437-456.

_____. Silêncios, diálogos e Os monólogos da vagina: instantes dos feminismos, Brasil (1970-90). **Esboços**, Florianópolis, v.17, p. 35-56, 2007b.

R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.2, p. 01-29, jul./dez. 2009

_____. Diário de umas e outras meninas: práticas domésticas e educação - Diamantina, Minas Gerais, fins do século XIX. In: LÔBO, Y. et al. (orgs.). **Vozes femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2008. p. 47-77.

_____. Culturas políticas e sensibilidades: pedagogias feministas. Rio de Janeiro, anos 1970-80. In: SOIHET, Rachel et al. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. Civ. Brasileira, 2009. p 351-372.

DELEUZE, G. ; GUATTARI, F. **Rizoma**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

DELPHY, Christine. Feminismo e Recomposição da Esquerda. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3. p. 187-199, 1994.

DUTRA, Eliana R. de F. História e culturas políticas – Definições, usos, genealogias. **Varia História**, n. 28, p. 13, 2002.

ERGAS, Y. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: THÉBAUD, F. (direção). **História das mulheres no Ocidente. O século XX**. Tradução de M. H. da C. Coelho, I. M. Vaquinhas, L. Ventura e G. Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1995, p. 583-611.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA (ENSP). Práticas de Educação em Saúde. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. In: _____. **Panorama ENSP**. Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria. Rio de Janeiro, 1992.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Saúde e Higiene - Centro de Saúde Santa Rosa. **A linha da vida: da biografia à história da mulher coletiva**. Niterói: fevereiro de 1985. (fotocópia)

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Tradução de M. T. Albuquerque e J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

FREUD, Sigmund. **Os Chistes e sua relação com o inconsciente**. Tradução de Jayme Salomão (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume VIII). Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1977.

GAY, P. **Freud: uma vida para nosso tempo**. Tradução de D. Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GHELLER, Elza Maria (org.). **Josefa, a resistência de uma camponesa brasileira**. São Paulo: Editora Paulinas, 1996.

GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas e Sinais**. Morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GOLDENBERG, Anette. **Feminismos e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. 1987. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 1987.

GOLDMANN, L. **Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia?** n. 7. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979a.

_____. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b.

_____. **Importância do conceito de consciência possível para a informação**. O conceito de informação na ciência contemporânea - Colóquios Filosóficos de Royamont. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GONTIJO, R. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 259-284.

GRIMAL, P. **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. 2ª ed., Tradução V. Jabouille. Lisboa: DIFEL, 1993.

GRUPO MARIA MULHER. **Encontro sobre sexualidade**. Niterói, Novo Hotel - Gragoatá, 27 de junho de 1986 (impresso mimeo).

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARTOG, F. Tempo e História: Como escrever a história da França hoje? **História Social**, n. 3, p. 127-154, 1996.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina C. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa**. Versão 1.05. Rio de Janeiro: Instituto Antonio Houaiss/Editora Objetiva, 2002.

KYMLICKA, H.; NORMAN, W. El retorno del ciudadano. Una revisión de la producción reciente de la teoría de la ciudadanía. **ÁGORA**, Buenos Aires, n. 7, p. 4-42, 1997.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Contribuição à Semântica dos tempos históricos. Tradução de W. P. Maas e C. A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC - Rio de Janeiro, 2006.

LE NOUVEAU PETIT ROBERT. **Dictionnaire Alphabétique et Analogique de la Langue Française**. Paris: Maury Imprimeur S.A., 2006.

LÉFAUCHEUR, Nadine. Maternidades, família e Estado. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: o século XX**. Tradução Maria Helena da C. Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 479-503.

LIMA, Maria José de. Aborto e saúde. In: Primer Encuentro Regional sobre la Salud de la Mujer. Corporation Regional por el Desarrollo Integral de la Mujer y la Familia. **Voar é Preciso. Es preciso Volar!** Bogotá – Colombia, mayo 28 a junio 2 de 1984.

LORAUX, Nicole. O que é uma deusa. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente – Antiguidade**. Tradução portuguesa de Maria Helena da Cruz Coelho et al. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 52.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses de Walter Benjamin. Tradução de W.M. Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

LÖWY, M. Cristianismo da libertação e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel A. orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Partidos e movimentos após os anos 1960. São Paulo/Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 411-439.

MACEDO, Elza Dely Veloso. **Ordem na casa e vamos à luta. Movimento de Mulheres: Rio de Janeiro, 1945-1964**. Lígia da Cunha – uma militante. 2001. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História/UFF, 2001.

MACHADO, Lia Z. Feminismo, Academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.

McLAREN, Angus. **História da Contracepção: da antiguidade à actualidade**. Tradução de Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1997.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 199-234, 2001.

MOTT, Maria Lúcia et al. Moças e senhoras dentistas: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da república. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro: v. 15, supl., p. 97-116, jun. 2008.

NECKEL, Roselane. **Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)**. 2004. Tese (Doutorado), Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC, 2004.

NERI, Regina. **A psicanálise e o feminino: um horizonte de modernidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

PERROT, Michelle. Sair. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, M. (orgs.). **A história das mulheres no Ocidente: o século XX**. Tradução de M. H. da C. Coelho, I. M. Vaquinhas, L. Ventura e G. Mota. Porto: Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 503-539.

PERROT, Michelle et al. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001.

_____. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 13-28. (Ver p. 13.)

_____. **As mulheres e os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, n. 4, 2004. Mis en ligne le 4 février 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document229.html>. Acesso em 08/02/2008.> Acesso em: 08 fev. 2008.

RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global. **Labrys: Estudos Feministas**, n. 3, jan/jul. Disponível em: < www.unb.br/lh/his/gefem>. Acesso em: 13 ago. 2003.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução de Rosa F. Aguiar, São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCOTT, Joan W. História das Mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 63-95.

_____. **A Cidadã Paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Tradução de Élvio A. Funck. Apresentação de Miriam Pilar Grossi. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. **Parité! L'Universel et la différence des sexes**. Traduit de l'anglais par Claude Rivière. Paris: Éditions Albin Michel, 2005.

SHOHAT, E. Estudos de área, estudos de gênero e as cartografias do conhecimento. In: COSTA, Claudia de L.; SCHMIDT, Simone P. **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p.19-30.

SIEGEL, Deborah. **Sisterhood Interrupted: from radical women to girls gone wild (and why our politics are still personal)**. New York: Pgrave Macmillam, 2007.

R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.2, p. 01-29, jul./dez. 2009

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de D. Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996. p. 231-269.

_____. A geração. In: AMADO, J.; MORAES, Marieta de M. **Usos e Abusos da História Oral**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.131-137.

SOIHET, R. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Estudos Feministas**, v.13, n. 3, p. 591-611, 2005.

SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Copio. O Centro da mulher Brasileira (CMB) e suas experiências nos anos 1970-1980. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 355-384.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. **Gragoatá**, n. 25, p. 29-49, 2º Sem. 2008.

THE AMERICAN HERITAGE DICTIONARY OF THE ENGLISH LANGUAGE. New York: Williams editor, 1970. p. 1233.

THÉBAUD, F. ; ZANCARINI-FOURNEL, M. Clio. Histoire, Femmes et Sociétés: naissance et histoire d'une revue. **Clio, Histoire, Femmes et Sociétés**, n. 16, p. 9-22, 2002.

TODOROV, Szvetan. **Los abusos de la memória**. Trad. de M. Salazar. Barcelona/ Buenos Aires: Editorial Paidós Ibérica S.A./Editorial Paidós, SAICF, 2000.

UNICEF. Programa Regional Mulher no Desenvolvimento. **Rocinha, mães e vidas – Depoimentos**. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1985.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. Apresentação de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOORTMANN, K. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ Brasília: CNPq, 1987.

VARIKAS, Eleni. O Pessoal é Político: desventuras de uma promessa subversiva. **Tempo**, v. 2, n. 3.

Dossiê:

Recebido em: 29/07/2009

Aceito em: 31/08/2009